

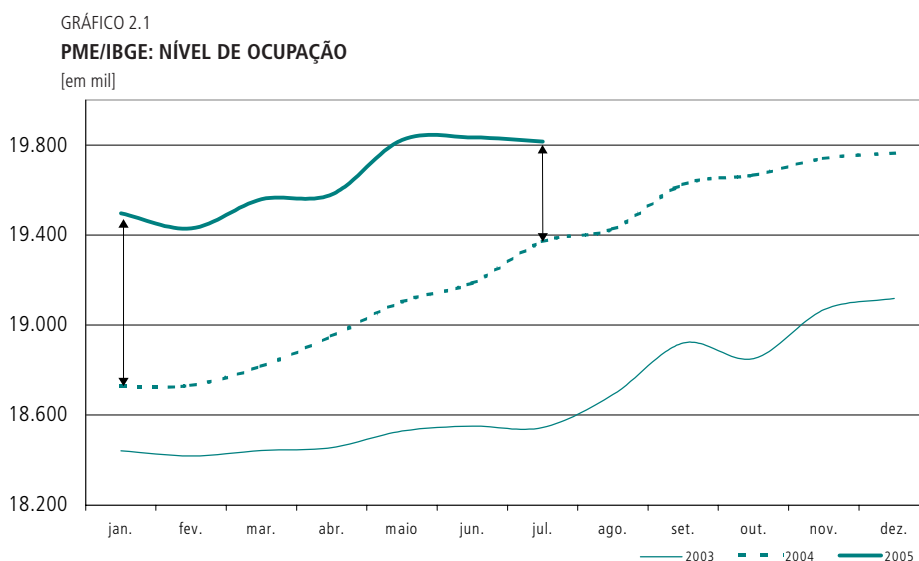
2 EMPREGO E RENDA

O mercado de trabalho mostra este ano um desempenho bastante distinto do verificado em 2004, particularmente se considerada sua evolução nos últimos meses. O dinamismo da demanda por mão-de-obra nas seis regiões metropolitanas cobertas pela PME/IBGE revela-se, ao longo do segundo trimestre de 2005, bastante aquém daquele observado no mesmo período do ano anterior. Em julho, na comparação anual, chega a ocorrer queda da ocupação em alguns setores de atividade. Assim, a criação acumulada de novos empregos nos primeiros sete meses de 2005 resulta bastante inferior (-79,7%) à verificada no mesmo período de 2004.

A despeito desse arrefecimento da dinâmica de contratações, os empregos formais ainda crescem, na variação anual, com maior velocidade do que os empregos informais. Ademais, a taxa de desemprego permanece, ao longo de 2005, em patamares sempre inferiores aos registrados no mesmo período de 2004, e volta a exibir, em julho último — pelo segundo mês consecutivo — o menor valor até agora registrado na série nova da PME.

Os rendimentos médios reais habitualmente recebidos mostram recuperação em julho, depois de uma trajetória de queda contínua das suas taxas de crescimento em 12 meses que, iniciada em março, atingiu em junho números negativos.

A análise mais detalhada do comportamento da ocupação mostra que esta, depois de registrar forte variação mensal positiva em maio — 242 mil novas vagas, um fluxo inédito para esse mês na nova PME —, perdeu fôlego de forma relativamente súbita: após uma alta de apenas 10 mil postos de trabalho em junho, apresentou uma queda de 18 mil em julho, invertendo, assim, a curva das variações mensais da ocupação no ano de 2005. Desse modo, diminui a diferença anual entre as curvas de evolução do emprego em 2004 e 2005, como indicado no Gráfico 2.1.



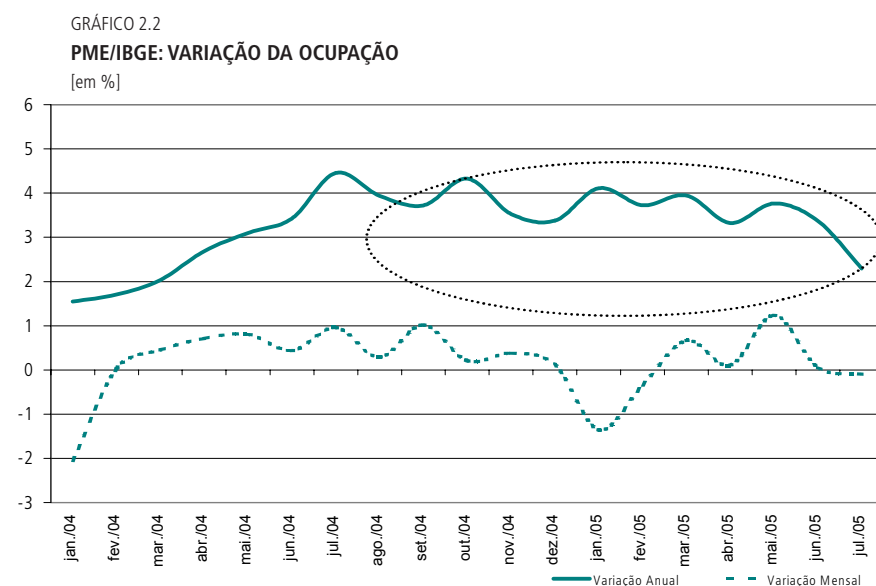
Na realidade, quando se compara 2004 com 2005, o grande responsável pela diferença, até o momento, na criação líquida acumulada de postos de trabalho é esse resultado negativo de julho: depois de terminar o primeiro semestre de 2005 com uma geração líquida de vagas praticamente igual à verificada ao final do mesmo período do ano passado, a significativa diferença no desempenho da contratação no mês de julho de 2005 ante julho de 2004 — criação de 184 mil vagas em julho de 2004 e perda de 18 mil em julho de 2005 — marca uma queda considerável na criação de empregos nos últimos 12 meses — que passou de 647 mil, em junho, para 445 mil, em julho último. Com isso, o crescimento anual da ocupação caiu de 3,4%, em junho, para 2,3%, em julho, sendo esta a menor variação anual observada desde abril de 2004 (ver Gráfico 2.2).

Essa desaceleração da ocupação foi constatada também pela *Pesquisa de Emprego e Desemprego* (PED/Diece-Seade) para a região metropolitana de São Paulo, que registrou uma criação de 89 mil vagas no segundo trimestre de 2005. Esse número é 77% inferior aos 388 mil novos empregos criados no mesmo período de 2004.

A análise da ocupação por setor de atividade no decorrer de 2005, revela, claramente, de acordo com a PME, uma evolução diferenciada. Isso se constata na evolução distinta dos dois primeiros trimestres de 2004 e 2005 e no acumulado dos respectivos anos. Educação, saúde e administração pública,¹ por exemplo, é o único setor que criou empregos no primeiro trimestre deste ano e também é o que mais contratou, em termos absolutos, no acumulado dos primeiros sete meses.

O setor de construção civil, que durante todo o segundo trimestre só criou 2.196 vagas, voltou a registrar perda líquida de postos de trabalho ao se incorporar o mês de julho — perda de 65 mil vagas: a maior entre os setores nesse mês —, acumulando uma extinção de 118 mil vagas no acumulado deste ano, o pior desempenho entre todos os setores.

Por outro lado, um setor que desempenha forte crescimento na ocupação é o de serviços domésticos: mesmo não sendo o setor que mais contratou em julho (27 mil vagas) é o segundo que mais criou empregos no acumulado do ano (94 mil) e o setor cuja ocupação



1. Inclui também serviços sociais, defesa e seguridade social.

TABELA 2.1
PME/IBGE: VARIAÇÃO NA OCUPAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE
 [em %]

Período	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços a Empresas		Administração Pública		Serviços Domésticos		Total	
	Pe- ríodo Ante- rior	Período Ano Anterior	Pe- ríodo Ante- rior	Período Ano Anterior	Pe- ríodo Ante- rior	Período Ano Anterior	Pe- ríodo Ante- rior	Período Ano Anterior	Pe- ríodo Ante- rior	Período Ano Anterior	Pe- ríodo Ante- rior	Período Ano Anterior	Pe- ríodo Ante- rior	Período Ano Anterior
1º Trim. 2004	-1,4	1,2	3,3	0,9	-1,0	0,7	-2,1	3,6	-2,9	1,5	0,5	4,5	-1,2	1,8
2º Trim. 2004	3,0	2,5	-4,5	-3,1	0,3	3,3	4,2	4,8	3,6	4,2	3,7	3,8	-1,1	3,1
Julho/2004	1,9	5,7	-1,9	-3,7	-0,6	3,2	1,2	8,8	1,3	6,7	0,6	4,4	0,9	4,8
1º Trim. 2005	-1,4	5,5	-2,3	-0,6	0,7	2,1	-1,2	7,7	0,4	2,7	-1,4	9,0	-1,1	4,0
2º Trim. 2005	0,5	2,9	0,8	4,8	0,0	1,8	-1,4	1,9	4,4	3,5	5,7	11,0	1,3	3,6
Julho/2005	-1,1	1,5	-4,5	2,5	1,4	2,2	1,5	0,0	-1,4	-0,6	1,6	13,0	-0,1	2,3

crece em velocidade superior a todos os outros setores, com variação anual percentual de duas casas decimais e em aceleração.

O setor de serviços a empresas,² mesmo tendo desempenho mensal positivo em julho, perde ocupações desde março, apresentando, no acumulado dos sete primeiros meses, desempenho muito aquém do registrado no mesmo período de 2004. Enquanto no ano passado houve uma clara aceleração do crescimento anual da ocupação nesse setor — chegando a 8,8% em julho — em 2005, a trajetória reverteu-se, ou seja, queda da variação de contratação anual, até atingir em julho o mesmo nível de 2004.

Com uma evolução inversa da registrada em serviços, o comércio mostrou até julho de 2005, um desempenho na criação mensal de vagas superior ao registrado nos mesmos meses do ano passado. Enquanto no segundo trimestre de 2004 esse setor perdeu 12 mil vagas de trabalho, este ano recuperou 6 mil novas ocupações no mesmo período. Somado a isso, o surpreendente número de contratação de julho deste ano (55 mil) ocasionou a diminuição significativa do saldo líquido de perda de ocupações no acumulado do ano — -27 mil, contra -151 mil no mesmo período de 2004.

Na indústria, o mercado de trabalho apresenta comportamento bem similar ao do setor de serviços: uma clara perda de fôlego. Em julho de 2005, inclusive, há desaceleração ainda maior da taxa de crescimento anual, na comparação com julho de 2004 — período no qual a indústria estava começando a crescer em patamares mais elevados. A trajetória distinta das taxas de juros em 2004 e 2005 e o crescimento econômico abaixo do verificado no ano passado são fatores que dificilmente deixariam de impactar a demanda por mão-de-obra.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes/IBGE) em relação à ocupação, na variação mensal de janeiro a junho de 2005, apresentam quatro meses de redução.

2. De acordo com o IBGE esse setor compreende também aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

Considerando sua movimentação ao longo do segundo trimestre, a ocupação, depois de uma variação mensal positiva em abril (0,6%), em vez de continuar nessa direção — o que seria de se esperar, dada a sazonalidade do indicador — ficou estável em maio e caiu 0,6% em junho, indicando evolução similar à apresentada pela PME. Já no fluxo acumulado em 12 meses, depois de uma aceleração contínua desde março de 2004, há, praticamente, uma estabilidade nos últimos três meses (abril, maio e junho) em suas taxas de variação anual.

Ainda segundo a Pimes, os setores de atividade que mais sofreram perda na ocupação em junho,³ na comparação anual, foram os de calçados e couros e de madeira, com a quinta e a quarta quedas (consecutivas e crescentes) para -12,1% e -9,2%, respectivamente. Os setores com melhor desempenho na criação de vagas, considerando-se ainda seu peso no total, foram os de alimentação e bebidas (8,2%) e os de meios de transporte (9,9%), porém, ambos já apresentam trajetória de desaceleração.

O desaquecimento do mercado de trabalho na indústria também foi captado pela PED/Dieese-Seade para a região metropolitana de São Paulo. No segundo trimestre de 2005 foram criadas 42 mil vagas, número inferior aos 136 mil novos postos de trabalho criados no mesmo período de 2004. Em julho, ante junho, essa pesquisa registrou queda de 34 mil vagas no setor, quase anulando toda a evolução positiva do segundo trimestre.

Focando a análise nos empregos formais, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/MTE), há também diferenças entre os setores de atividade, como a Tabela 2.2 mostra a seguir.

No acumulado em 12 meses, a criação total de empregos formais caiu de 1,46 milhão em junho para 1,32 milhão em julho — menor patamar desde julho de 2004.

Em relação à questão das formas de inserção ocupacional, voltando à análise dos dados da PME, vale ressaltar, no total da ocupação, a continuidade — na variação anual — do crescimento dos empregos formais em velocidade acima da verificada com os vínculos informais. Considerando-se exclusivamente o setor privado — que é mais sensível aos movimentos da atividade econômica — o crescimento de empregos formais é maior que o do número de trabalhadores sem carteira há seis meses consecutivos (ver Gráfico 2.3).

TABELA 2.2
CAGED/MTE: MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE EMPREGOS FORMAIS

Período	Extr. Min.	Ind. Transf.	Siup	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Públ.	Agropecuária	Total
1º Trim. 2004	2.529	124.933	2.347	23.258	35.425	122.030	14.564	22.294	347.380
2º Trim. 2004	3.675	201.427	1.734	37.350	95.420	144.721	8.777	194.136	687.240
Julho/2004	935	56.027	907	10.697	33.552	42.729	2.032	55.155	202.034
1º Trim. 2005	2.589	51.613	6.081	15.041	33.795	159.297	19.594	4.193	292.203
2º Trim. 2005	3.623	142.426	2.692	44.405	99.314	191.823	6.475	183.301	674.059
Julho/2005	1.067	6.119	-224	13.475	28.899	32.229	3.464	32.447	117.476

3. Último dado disponível para a Pimes.

GRÁFICO 2.3

PME/IBGE: EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO SEGUNDO VÍNCULOS DO TRABALHO — SETOR PRIVADO E TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA

[variação em 12 meses (%)]

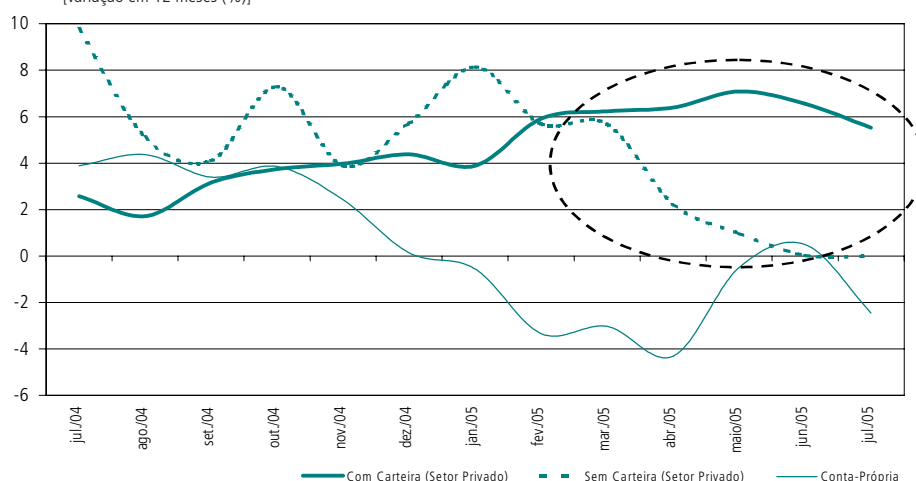


TABELA 2.3

PME/IBGE: VARIAÇÃO ABSOLUTA DA OCUPAÇÃO POR VÍNCULOS DO TRABALHO

[em mil]

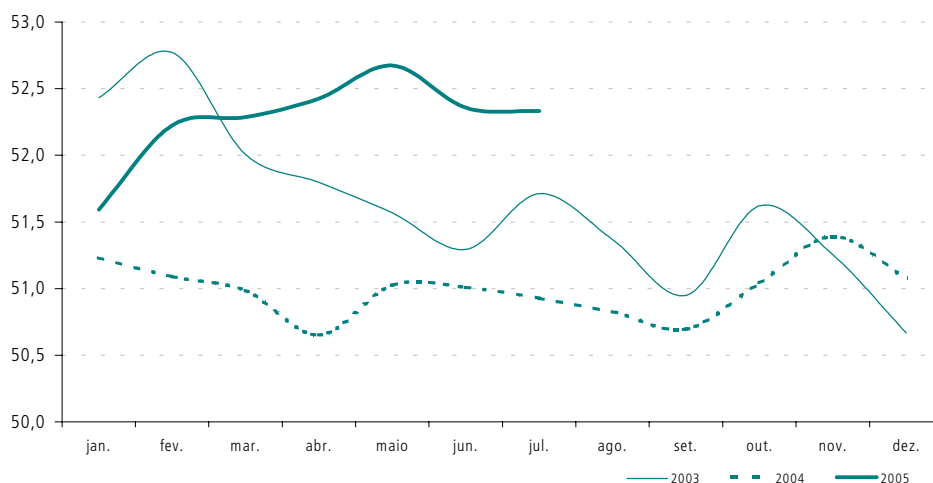
Período	Com Carteira	Sem Carteira	RJU	Conta-Própria	Total ^a
1º Trim. 2004	-48	-192	-45	42	-302
2º Trim. 2004	141	226	52	-155	370
Julho/2004	17	20	61	103	184
1º Trim./2005	126	-258	6	-84	-205
2º Trim./2005	181	127	-23	-17	274
Julho/2005	-52	7	37	-11	-18

^a Nível de ocupação contando com trabalhadores não-remunerados e empregadores.

Porém, como mostra o Gráfico 2.4, depois de os empregos com carteira registrarem aceleração de sua taxa anual de crescimento por quatro meses seguidos — atingindo o maior patamar de alta em maio deste ano (7,1%) — nos dois meses seguintes, houve uma quebra dessa tendência, com essa taxa arrefecendo, sucessivamente, para 6,6% e 5,5%, o que, contudo, não foi compensado por um crescimento da ocupação do número de vínculos sem carteira.

No setor privado, isso levou à continuação do crescimento do grau de formalidade, o que não ocorre se for incorporado à análise o contingente de trabalhadores por conta própria, cujo número cresceu em junho — único mês de alta nos sete primeiros meses de 2005 — e o setor público, em função da queda, no mesmo mês, de 40 mil postos de trabalho no contingente de militares e trabalhadores sob o Regime Jurídico Único (RJU). Desse modo, em junho, percebe-se um recuo no processo de elevação do grau de formalidade do mercado de trabalho, se contados todos os setores.

GRÁFICO 2.4
PME/IBGE: GRAU DE FORMALIDADE



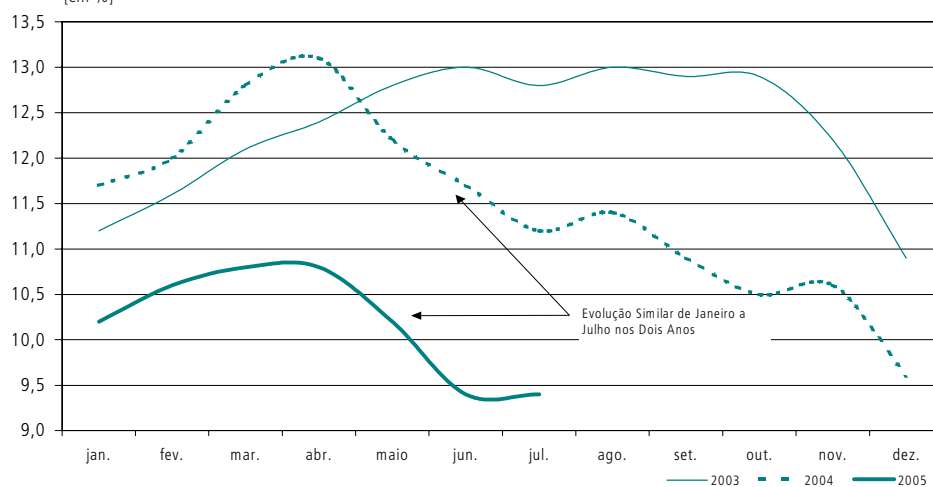
Portanto, o Gráfico 2.4 considera o setor privado, o governo, os trabalhadores domésticos e aqueles por conta própria. Assim, o grau de formalidade,⁴ que havia crescido de 51,6% para 52,7% no período de janeiro a maio deste ano, sofreu em junho uma leve queda para 52,4%, mantendo-se praticamente estável em julho.

DESEMPREGO

Outro fator positivo do mercado de trabalho neste ano é a evolução da taxa de desemprego, que atingiu nos meses de junho e julho seu menor patamar, na nova metodologia da PME: 9,4%, com um valor médio de 10,2% nos sete primeiros meses do ano, bem inferior ao registrado no mesmo período de 2004 (12,1%). Todavia, esse é um indicador cujo comportamento deve ser monitorado de perto no segundo semestre.

Ao analisar as curvas da taxa de desemprego dos sete primeiros meses de 2004 e 2005, delineadas no Gráfico 2.5, percebe-se que a evolução das duas, desconsiderando-se as

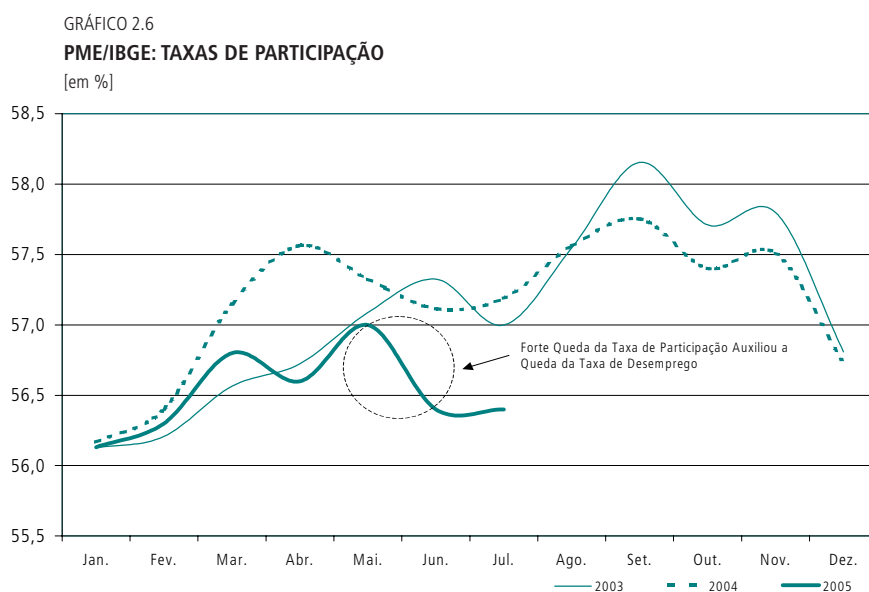
GRÁFICO 2.5
PME/IBGE: TAXA DE DESEMPREGO
[em %]



4. É conceituado aqui como grau de formalidade do mercado de trabalho a soma dos trabalhadores com carteira assinada, militares e RJU (estatutários), dividida pelo total da ocupação.

diferenças de nível, é bastante similar. Contudo, há dúvidas em relação à continuação de tal semelhança de desempenho ao longo do segundo semestre deste ano, uma vez consideradas as razões para a redução recente desse indicador, sobretudo nos meses de junho e julho deste ano.

Como apontado anteriormente, uma das características do mercado de trabalho nos últimos dois meses foi a relativa estagnação da demanda por mão-de-obra. Nesse contexto, a queda da taxa de desemprego se deu em função da saída de pessoas da PEA, com a queda da taxa de participação (ver Gráfico 2.6) contribuindo então, de maneira decisiva, para a redução do indicador de desocupação.



De fato, nos meses de junho e julho de 2005 a PEA sofreu perda de 188 mil pessoas, número inesperado e muito inferior à entrada de 53 mil pessoas nos mesmos meses de 2004. Uma possível explicação para o menor dinamismo da PEA este ano, relacionada ao observado no mesmo período em 2004, é a própria melhoria das condições de emprego e remuneração, ocorrida de 2004 para 2005, que atenuou o impulso de membros secundários das famílias de também procurarem o mercado de trabalho.

Deve ser lembrado que em 2003-2004, a deterioração acentuada dessas duas condições foi o fator mais plausível para explicar o crescimento da PEA no período. Com a saída de pessoas da PEA nos meses de junho e julho últimos, a variação em 12 meses desse contingente diminuiu para 0,3% em julho, bem inferior aos 2,6% anuais do mesmo mês de 2004 e a menor variação da série histórica da nova PME (ver Tabela 2.4).

Considerando o baixo patamar atual da taxa de participação, é possível que ressurgam nos próximos meses um número considerável de pessoas em busca do mercado de trabalho, dificultando a continuidade da queda da taxa de desemprego no mesmo ritmo dos últimos meses.

TABELA 2.4
PME/IBGE: PIA, PEA E OCUPADOS — TAXAS DE VARIAÇÃO EM 12 MESES
 [em %]

Período	PIA	PEA	Ocupados				
			Total	Empregados do Setor Público	Empregados do Setor Privado		Conta-Própria
					Com Carteira	Sem Carteira	
Jan./04	2,0	2,1	1,5	-2,8	-0,4	2,9	9,3
Fev./04	1,8	2,2	1,7	0,1	-1,7	4,9	8,9
Mar./04	1,8	2,8	2,0	0,6	0,4	0,8	10,3
Abr./04	1,9	3,4	2,7	-0,5	0,9	4,9	6,9
Mai./04	1,9	2,4	3,1	2,3	2,0	6,3	4,0
Jun./04	2,3	2,0	3,4	1,5	3,4	8,8	2,1
Jul./04	2,3	2,6	4,5	5,9	2,6	9,8	3,9
Ago./04	1,9	2,0	3,9	7,7	1,7	5,1	4,4
Set./04	2,0	1,3	3,7	2,6	3,2	4,1	3,4
Out./04	2,0	1,5	4,3	1,0	3,7	7,3	3,9
Nov./04	2,3	1,8	3,5	0,6	4,0	3,9	2,4
Dez./04	2,1	1,9	3,4	0,3	4,4	5,7	0,1
Jan./05	2,4	2,4	4,1	3,7	3,9	8,1	-0,6
Fev./05	2,3	2,1	3,7	3,2	5,9	5,7	-3,3
Mar./05	2,3	1,7	3,9	5,1	6,2	5,7	-3,0
Abr./05	2,3	0,7	3,3	5,0	6,4	2,2	-4,3
Mai./05	2,0	1,4	3,8	2,7	7,1	1,0	-0,5
Jun./05	1,9	0,7	3,4	1,4	6,6	0,0	0,5
Jul./05	1,8	0,3	2,3	-0,8	5,5	0,0	-2,5

RENDIMENTOS REAIS

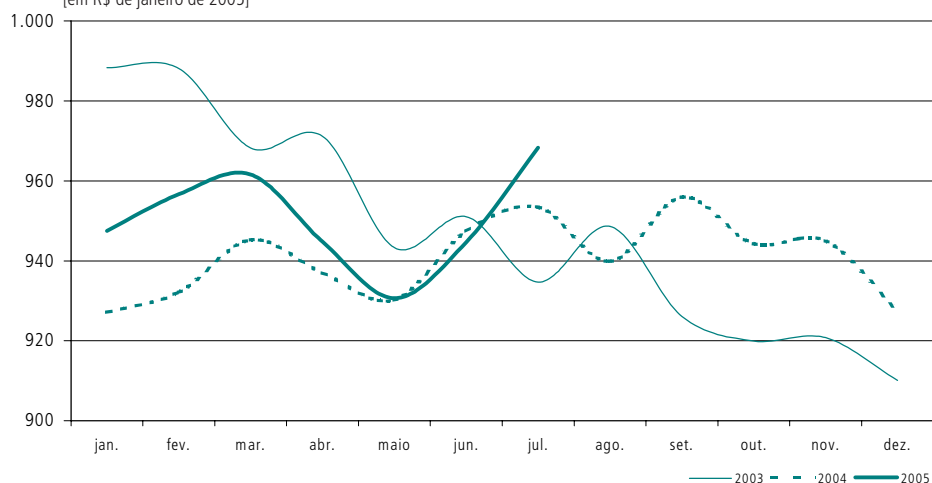
Em relação aos rendimentos habitualmente recebidos, há, no mês de julho, uma reversão do processo de desaceleração do seu crescimento em termos anuais, o que vinha ocorrendo desde março. Após atingir a maior variação percentual anual em setembro de 2004 (3,2%), o crescimento dos rendimentos médios reais habitualmente recebidos veio perdendo fôlego, até atingir uma queda de 0,3% em junho último, ainda na comparação anual. Entretanto, as melhorias havidas na sua evolução mensal recente, em particular no mês de julho, fizeram com que a variação anual neste mês voltasse a apresentar valores positivos (alta de 1,6%). Assim, com o crescimento nos meses de junho (1,5%) e julho (2,5%) ante os meses imediatamente anteriores, os rendimentos médios reais habituais se elevaram para R\$ 968,30 — seu maior nível desde fevereiro de 2003, como o Gráfico 2.7 mostra com clareza.

Embora os valores levantados pela PME a partir do conceito de rendimentos habitualmente recebidos não necessariamente se confirmem, posteriormente, como rendimentos efetivamente recebidos, desde que aquela variável passou a ser levantada, ela tem apontado, com muita frequência, a direção que esta última tende a seguir.

GRÁFICO 2.7

PME/IBGE: RENDIMENTOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS

[em R\$ de janeiro de 2005]



Ao analisar o comportamento dos rendimentos reais habituais pelos diferentes setores e posições na ocupação, nota-se um movimento distinto entre eles. Os rendimentos dos trabalhadores do setor privado com carteira, que tem absorvido um número crescente de mão-de-obra, registram taxas negativas anuais em todos os meses de 2005.

Todavia, esse indicador vem se aproximando de taxas positivas nos últimos três meses, ainda dentro de um quadro mais estrutural de dificuldades para garantir um processo contínuo

TABELA 2.5

PME/IBGE: RENDIMENTOS MÉDIOS HABITUALMENTE RECEBIDOS SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO — VARIÇÃO EM 12 MESES

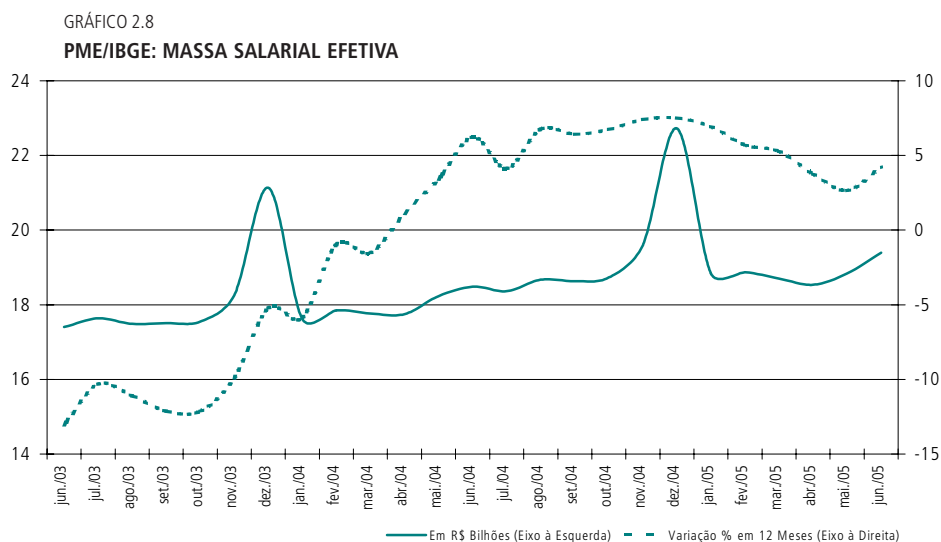
[em %]

Meses	Ocupados				
	Total	Setor Público	Setor Privado		Conta-Própria
			Com Carteira	Sem Carteira	
Jun./04	-0,4	-2,9	1,1	4,0	-2,5
Jul./04	2,0	-1,2	2,9	1,1	-2,3
Ago./04	-0,9	-1,8	-0,9	-2,9	-0,2
Set./04	3,2	1,2	2,1	0,0	0,0
Out./04	2,6	0,5	1,6	-1,5	6,4
Nov./04	2,6	0,2	0,2	4,4	3,9
Dez./04	1,9	2,5	0,1	4,9	0,7
Jan./05	2,2	4,1	-1,3	9,6	-1,1
Fev./05	2,6	7,1	-1,4	8,0	1,6
Mar./05	1,7	3,7	-0,8	6,4	-2,6
Abr./05	0,8	4,5	-2,6	4,0	-2,9
Mai/05	0,0	2,6	-1,7	-2,6	-4,2
Jun./05	-0,3	3,3	-2,0	0,0	-0,9
Jul./05	1,6	4,3	-1,0	3,8	0,7

de crescimento dos rendimentos reais, dado que os novos entrantes no mercado de trabalho — mesmo sendo, em sua maioria absoluta, trabalhadores com mais anos de escolaridade — têm sido contratados por salários inferiores aos da média,⁵ o que acaba por puxar essa média para baixo.

Por outro lado, os rendimentos do setor público mostram taxas de crescimento em aceleração pelo terceiro mês seguido. Ainda que sem elementos para uma afirmação mais fundamentada, os movimentos de sentido contrário do setor público (+4,3%) e dos empregados com carteira do setor privado (-1%) parecem ter o mesmo tipo de origem, porém em direções opostas: uma mudança na composição dos respectivos contingentes, com crescimento do número de trabalhadores melhor remunerados no setor público e o inverso ocorrendo no setor privado. Ou seja, as contratações dos últimos meses do setor público estariam com níveis remuneratórios mais altos, enquanto a maioria das novas vagas com carteira do setor privado estaria se dando com remunerações mais baixas, não em função da qualificação do trabalhador, em termos de escolaridade, mas pela maior competitividade do mercado de trabalho, com maior seletividade das empresas no momento de contratar, em face do reduzido poder de barganha dos trabalhadores entrantes.

Dados os movimentos combinados do nível de ocupação e dos rendimentos reais efetivamente recebidos, a massa salarial⁶ vem mostrando evolução anual cada vez menos intensa. Desde dezembro do ano passado, quando a variação em 12 meses atingiu o maior valor já registrado desde março de 2002 (7,5%) — início da nova PME — tem havido recuo nas taxas de variação anual, chegando-se a 2,7% em maio. Entretanto, com o aumento dos rendimentos reais efetivos na ordem de 2,9% em junho — último dado disponível (ver Gráfico 2.8) —, a massa salarial voltou a crescer mais fortemente atingindo 4,3% ante o mesmo mês de 2004.



PERSPECTIVAS

Em termos das perspectivas para os próximos meses, embora não esteja descartada a ocorrência de um processo de aquecimento do mercado de trabalho, com crescimento mais significativo da ocupação, tanto em razão de fatores sazonais como em decorrência da esperada queda

5. Segundo análise dos microdados da PME.

6. Cálculo feito pela multiplicação do número total de ocupados pelos rendimentos reais efetivamente recebidos.

das taxas de juros, é pouco provável que seu desempenho este ano supere, ou mesmo seja capaz de igualar o verificado em 2004. Para que isso aconteça, a resposta da economia e da demanda por mão-de-obra à melhoria dos custos de financiamento (produção, consumo e investimentos) teria de ser mais rápida do que seria legítimo esperar. Embora as condições atuais sejam muito distintas e a economia esteja em crescimento, é preciso lembrar que a reação do mercado de trabalho em 2004 somente passou a ocorrer depois de três trimestres de iniciada a retomada da economia em 2003. No entanto, no que se refere à qualidade dos vínculos, essa possível aceleração da ocupação deverá dar continuidade, com uma consistência ainda maior, à melhoria — atualmente em curso — do grau de formalização do mercado de trabalho.

Em relação à evolução da taxa de desemprego, é arriscado apostar na continuação de sua queda no mesmo ritmo ocorrido no primeiro semestre, pelas razões já explicadas. Não obstante, a perspectiva continua sendo de fechar o ano com uma taxa de desemprego inferior à observada em dezembro de 2004.

Na medida em que a inflação permanecer nos baixos níveis hoje vigentes e assim contribuir, com uma possível elevação dos rendimentos nominais, para uma continuidade do processo de recomposição dos rendimentos médios reais, as perspectivas de aquecimento da demanda por mão-de-obra, mesmo que não muito intensas, poderão dar sustentação, nos próximos meses, a um aumento da massa salarial razoavelmente superior aos 4,6% observados em julho último.

